

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	153.470
Preferenciais	153.470
Total	306.940
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	3.372.484	3.152.990
1.01	Ativo Circulante	412.848	243.533
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	238.841	100.012
1.01.03	Contas a Receber	128.176	120.301
1.01.03.01	Clientes	128.176	120.301
1.01.04	Estoques	6.468	6.653
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.444	4.916
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.444	4.916
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.919	11.651
1.01.08.03	Outros	9.919	11.651
1.01.08.03.01	Direito de Retirada de Gás	7.912	9.375
1.01.08.03.02	Outros ativos	2.007	2.276
1.02	Ativo Não Circulante	2.959.636	2.909.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	319.930	285.532
1.02.01.04	Contas a Receber	310.945	271.526
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.985	14.006
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	5.371	10.435
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	3.614	3.571
1.02.03	Imobilizado	30.610	37.862
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	30.610	37.862
1.02.03.02.01	Direito de Retirada de Gás	30.610	37.862
1.02.04	Intangível	2.609.096	2.586.063
1.02.04.01	Intangíveis	2.609.096	2.586.063
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.048.406	1.656.262
1.02.04.01.02	Ativo financeiro	180.603	102.916
1.02.04.01.03	Ativo de contrato	377.457	821.653
1.02.04.01.04	Arrendamento - direito de uso	2.630	5.232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	3.372.484	3.152.990
2.01	Passivo Circulante	882.093	502.806
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.421	27.197
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.421	27.197
2.01.02	Fornecedores	130.592	131.262
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	130.592	131.262
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.026	61.988
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	59.026	61.988
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	53.247	49.533
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	5.779	12.455
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.908	155.503
2.01.04.02	Debêntures	160.908	155.503
2.01.05	Outras Obrigações	514.146	126.856
2.01.05.02	Outros	514.146	126.856
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	508.085	118.123
2.01.05.02.04	Obrigações de Entrega de Gás	564	802
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.792	2.667
2.01.05.02.06	Arrendamento - Obrigações	2.705	5.264
2.02	Passivo Não Circulante	1.442.546	1.408.873
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.302.028	1.262.371
2.02.01.02	Debêntures	1.302.028	1.262.371
2.02.02	Outras Obrigações	4.890	5.986
2.02.02.02	Outros	4.890	5.986
2.02.02.02.03	Obrigações de Entrega de Gás	4.890	5.986
2.02.03	Tributos Diferidos	9.058	6.877
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.058	6.877
2.02.04	Provisões	126.570	133.639
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.972	8.535
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.030	835
2.02.04.01.05	Provisões para riscos	8.942	7.700
2.02.04.02	Outras Provisões	116.598	125.104
2.02.04.02.04	Valores a Restituir para Clientes	116.598	125.104
2.03	Patrimônio Líquido	1.047.845	1.241.311
2.03.01	Capital Social Realizado	665.430	665.430
2.03.04	Reservas de Lucros	181.565	573.910
2.03.04.01	Reserva Legal	133.088	133.088
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.477	50.860
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	389.962
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	198.879	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.971	1.971

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	496.403	985.079	862.083	1.694.653
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-288.950	-585.850	-610.549	-1.230.235
3.03	Resultado Bruto	207.453	399.229	251.534	464.418
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.742	-51.699	-31.779	-54.974
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.207	-58.648	-32.946	-59.427
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.465	6.949	1.167	4.453
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	178.711	347.530	219.755	409.444
3.06	Resultado Financeiro	-32.048	-53.186	4.533	-11.094
3.06.01	Receitas Financeiras	11.395	19.977	19.478	32.080
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.443	-73.163	-14.945	-43.174
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	146.663	294.344	224.288	398.350
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.765	-97.848	-73.467	-133.146
3.08.01	Corrente	-48.761	-95.667	-71.973	-145.262
3.08.02	Diferido	-2.004	-2.181	-1.494	12.116
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	95.898	196.496	150.821	265.204
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	95.898	196.496	150.821	265.204
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3124	0,6402	0,4914	0,864
3.99.01.02	PN	0,3124	0,6402	0,4914	0,864
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3124	0,6402	0,4914	0,864
3.99.02.02	PN	0,3124	0,6402	0,4914	0,864

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	95.898	196.496	150.821	265.204
4.03	Resultado Abrangente do Período	95.898	196.496	150.821	265.204

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	189.594	200.864
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	402.410	472.844
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.580	-101.590
6.01.03	Outros	-137.236	-170.390
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.972	-160.609
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.793	-107.280
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	138.829	-67.025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.012	269.150
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	238.841	202.125

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	665.430	0	573.910	0	1.971	1.241.311
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	665.430	0	573.910	0	1.971	1.241.311
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-389.962	0	0	-389.962
5.04.06	Dividendos	0	0	-389.962	0	0	-389.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	196.496	0	196.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	196.496	0	196.496
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.383	2.383	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-2.383	2.383	0	0
5.07	Saldos Finais	665.430	0	181.565	198.879	1.971	1.047.845

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	665.430	0	565.928	0	-198	1.231.160
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	665.430	0	565.928	0	-198	1.231.160
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-172.095	0	0	-172.095
5.04.06	Dividendos	0	0	-172.095	0	0	-172.095
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	265.204	0	265.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	265.204	0	265.204
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.423	2.423	0	0
5.06.04	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-2.423	2.423	0	0
5.07	Saldos Finais	665.430	0	391.410	267.627	-198	1.324.269

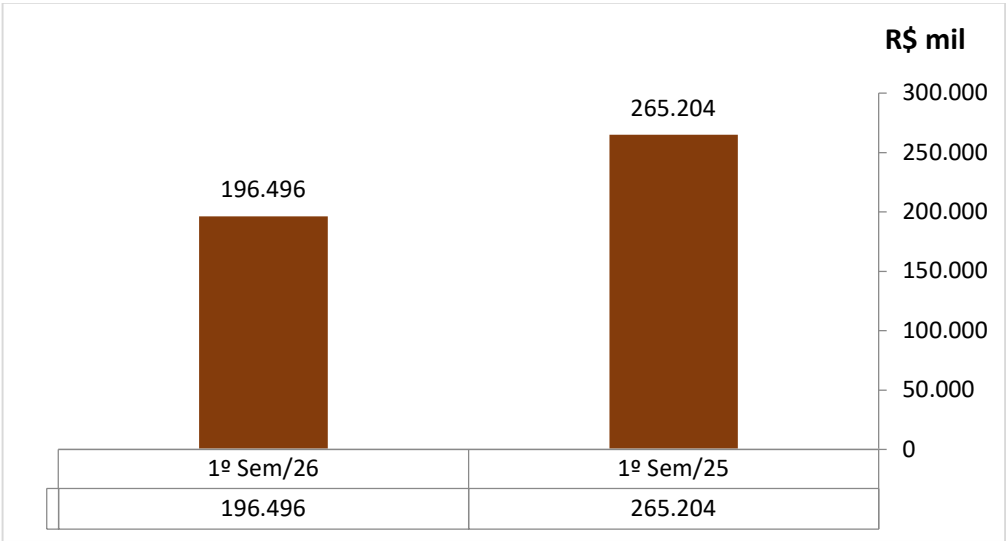
DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	1.250.884	2.113.717
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.122.429	1.893.156
7.01.02	Outras Receitas	24.378	26.138
7.01.02.01	Descontos Promocionais	-2.676	-6.879
7.01.02.02	ICMS - Substituição Tributária	-1.820	-2.783
7.01.02.03	Outras Receitas	28.874	35.800
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	103.936	194.341
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	141	82
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-654.853	-1.453.009
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-511.473	-1.221.882
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.444	-36.786
7.02.04	Outros	-103.936	-194.341
7.03	Valor Adicionado Bruto	596.031	660.708
7.04	Retenções	-51.114	-47.164
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.114	-47.164
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	544.917	613.544
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.977	32.080
7.06.03	Outros	19.977	32.080
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	564.894	645.624
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	564.894	645.624
7.08.01	Pessoal	38.120	37.230
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.910	30.302
7.08.01.02	Benefícios	5.054	5.846
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.156	1.082
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	235.913	270.019
7.08.02.01	Federais	146.912	186.977
7.08.02.02	Estaduais	87.103	81.762
7.08.02.03	Municipais	1.898	1.280
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	94.365	73.171
7.08.03.01	Juros	92.392	71.457
7.08.03.03	Outras	1.973	1.714
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	196.496	265.204
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	196.496	265.204

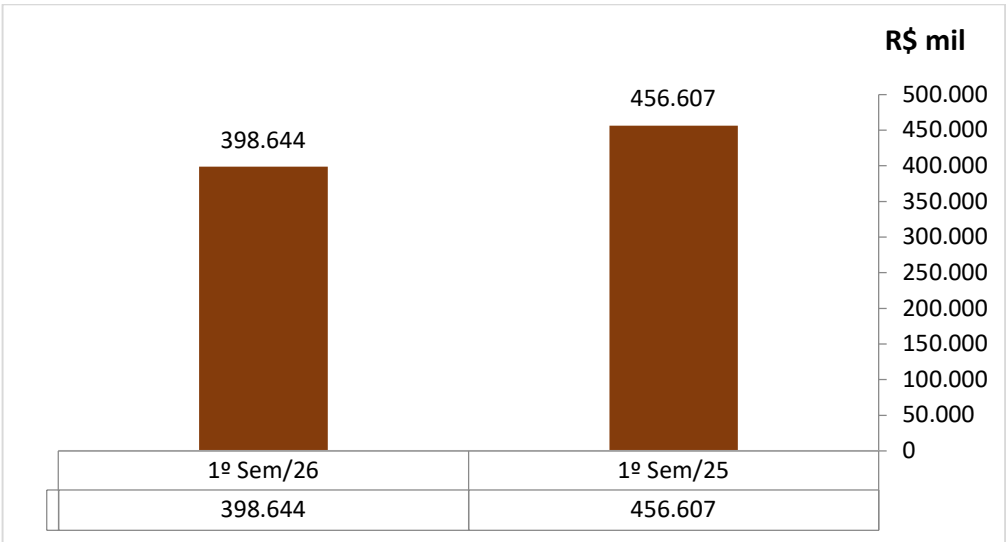
Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

A Companhia apresentou, no primeiro semestre de 2026, lucro líquido de R\$ 196.496 representando R\$640,20 por lote de mil ações sendo que no mesmo período do ano anterior o lucro foi de R\$ 265.204, representando R\$864,00 por lote de mil ações. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pela migração de clientes para o mercado livre.



O LAJIDA da Gasmig apresentou resultado 12% menor no primeiro semestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025. Apesar dessa redução, a Margem LAJIDA aumentou 50% em relação ao primeiro semestre de 2025. Passou de 26,9%, em 2025, para 40,4%, em 2026.



Comentário do Desempenho

A seguir, é apresentada a reconciliação do lucro líquido para LAJIDA para os períodos de seis meses findos em junho de 2026 e 2025:

Reconciliação	2026	2025
Lucro líquido	196.496	265.204
Resultado Financeiro	53.186	11.094
Imposto de Renda e Contribuição Social	97.848	133.146
Amortizações e Depreciações	51.114	47.163
LAJIDA	398.644	456.607

O LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, ou na sigla em inglês *EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O LAJIDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O LAJIDA não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Notas Explicativas

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig (“Gasmig” ou “Companhia”), sociedade de economia mista registrada na categoria B, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e o Município de Belo Horizonte (“MBH”), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

A Companhia obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais (Estado) pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

Em setembro de 2019, a Companhia celebrou o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual representou a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, mediante pagamento do bônus de outorga e assegurou à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

Em novembro de 2022, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o objetivo de: (i) alterar o prazo para cumprimento das metas de expansão para o ciclo tarifário 2022-26; e (ii) alterar o índice inflacionário de reajuste das margens de distribuição, da base de ativos e da parcela não depreciada de ativos ao final da concessão de IGP-M para IPCA a partir de fevereiro de 2022, permanecendo o IGP-M como índice de correção antes de fevereiro de 2022.

Em 23 de dezembro de 2025, foi promulgada a Lei 25.669, que atribuiu a responsabilidade pela regulação dos serviços públicos de saneamento básico e energia, incluindo os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais, a partir de 1º de janeiro de 2026 para a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais – Arsae-MG.

Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$469.245 (R\$259.273 em 31 de dezembro de 2025), ou seja, os passivos circulantes superam os ativos circulantes na referida data. O resultado negativo decorre, principalmente, da decisão da Administração de manter a reclassificação do montante de R\$310.945 (R\$ 271.526 em 31 de dezembro de 2025) a receber de dois clientes livres para o não circulante, devido a manutenção da expectativa incerta de prazo para conclusão de processo judicial de cobrança e a aprovação dos dividendos pelos acionistas. Tais valores a receber não comprometem a expectativa de crédito do restante da carteira da Companhia.

Para garantir a saúde financeira a curto prazo, a Companhia adota as seguintes medidas:

- política de retenção de caixa mínimo operacional em valores considerados suficientes para pagamento de seus compromissos;

Notas Explicativas

- faturamento quinzenal para os clientes industriais, com recebimento médio em 7 dias;
- manutenção das cláusulas contratuais de pagamento aos fornecedores com prazo médio de 30 dias após o fornecimento do material ou contratação do serviço;
- cumprimento de todas as cláusulas de *covenants* financeiras e não financeiras das emissões de dívidas vigentes.

Por esses motivos, a Companhia não espera ter dificuldades para honrar seus compromissos de curto e longo prazo e as Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional.

1.1. Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do Imposto Seletivo (IS), em substituição gradual ao PIS, à COFINS, ao ICMS, ao ISSQN e ao IPI, ao longo de período de transição iniciado em 2026 e com conclusão prevista para 2033.

A regulamentação infralegal editada em 2026 postergou para 1º de janeiro de 2033 a implementação do regime específico (monofásico) dos combustíveis aplicável ao gás natural processado, biometano e gás natural veicular, de modo que, até essa data, as operações da Companhia permanecem integralmente sujeitas ao regime regular de débitos e créditos da CBS e do IBS. Outros temas relevantes para o setor, como a operacionalização do Imposto Seletivo, as obrigações acessórias e a interação dos novos tributos com o ICMS e o ISSQN durante a transição, ainda dependem de regulamentação complementar e da consolidação de entendimentos pelas autoridades fiscais.

Diante da relevância e da complexidade das novas regras para as suas operações, a Companhia contratou serviços técnicos especializados com os seguintes objetos:

- consultoria tributária para a elaboração de diagnóstico dos impactos da Reforma Tributária sobre a Companhia, compreendendo a mensuração dos efeitos financeiros esperados, a modelagem comparativa entre a carga tributária atual e a estimada sob o novo modelo, a identificação de riscos, oportunidades e pontos de atenção, ainda que não mensuráveis, e o mapeamento das iniciativas necessárias à adequação de seus processos, sistemas e contratos; e
- parecer jurídico, emitido por sociedade de advogados de notória especialização em matéria tributária, sobre a aplicação dos novos regimes de tributação às atividades da Companhia, abrangendo, entre outros temas, o enquadramento das operações de venda de gás no mercado cativo e da prestação de serviços de distribuição no mercado livre, a apropriação e o ressarcimento de créditos, a incidência do Imposto Seletivo, as obrigações acessórias e os reflexos regulatórios e contratuais do novo modelo.

No segundo trimestre de 2026, a Companhia recebeu as entregas finais previstas nas duas contratações, compreendendo os relatórios de diagnóstico e de modelagem tributária e o parecer jurídico, cujos resultados se encontram em avaliação pela Administração e subsidiarão o plano de adequação dos processos, dos sistemas e dos contratos da Companhia às novas regras, bem como o acompanhamento dos temas ainda pendentes de regulamentação.

Considerando que a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo permanece em evolução, não é possível, até o momento, mensurar com razoável segurança a totalidade dos efeitos das novas regras sobre as operações, os resultados e as tarifas da Companhia. A Administração monitora continuamente a edição de novos atos normativos e manterá o mercado informado acerca de desdobramentos relevantes, em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

1.2. Conjuntura Internacional

Ao longo do segundo trimestre de 2026, o mercado internacional de energia permaneceu fortemente influenciado pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio. Embora tenham ocorrido avanços no processo de estabilização da região ao longo de junho, o cenário continuou marcado por elevada incerteza quanto à segurança do abastecimento global de petróleo, mantendo os mercados sensíveis a eventos geopolíticos e às perspectivas de oferta. Nesse contexto, a Companhia manteve o acompanhamento contínuo da conjuntura internacional, considerando seus potenciais impactos sobre a formação de preços e a competitividade do gás natural frente a outros energéticos.

O preço da molécula de gás é corrigido pela variação do petróleo dos tipos Brent e Henry Hub e pela variação da taxa de câmbio. A utilização de mais de um indexador contribui para mitigar a exposição a choques específicos de cada mercado, conferindo maior equilíbrio e previsibilidade à formação do custo do gás ao longo do tempo. A partir de 2026 o maior volume de gás é indexado no Henry Hub.

No segundo trimestre de 2026, as cotações do Brent permaneceram condicionadas ao aumento do risco geopolítico no Oriente Médio, refletindo a percepção de maior vulnerabilidade da oferta global de petróleo. Esse cenário resultou em elevada volatilidade e cotação média próxima de US\$ 97/barril ao longo do período, com movimentos de alta diante da intensificação das tensões e posterior acomodação das cotações à medida que os riscos de interrupções prolongadas no abastecimento foram parcialmente reavaliados pelo mercado. Em contraposição, o Henry Hub apresentou comportamento significativamente mais estável, com preços médios em torno de US\$ 3,0/MMBtu, sustentados pelos elevados níveis de produção e pela ampla disponibilidade de gás natural no mercado norte-americano, fatores que limitaram os impactos das tensões geopolíticas sobre esse índice. Esse comportamento reforça a importância da diversificação dos indexadores na formação do portfólio de suprimento da Companhia, reduzindo a exposição exclusiva às oscilações do mercado internacional de petróleo. No mesmo período, a taxa de câmbio apresentou oscilações, R\$5,50 em dezembro de 2025 para R\$5,20 em junho de 2026, frente ao real, influenciada principalmente pelas condições financeiras internacionais e pelas expectativas quanto à política monetária das principais economias, impactando a formação do preço da molécula de gás natural.

O Contrato de Concessão prevê o reajuste tarifário sempre que houver variações nos preços do gás natural adquirido pela Gasmig, de modo a garantir a adequada remuneração do serviço de distribuição de gás.

Adicionalmente, os fornecedores da Gasmig não apresentaram, até o momento, nenhum problema quanto a oferta do produto, tendo eles cumprido regularmente os contratos de fornecimento de gás firmados junto à Companhia, cujas principais características encontram-se apresentadas na nota explicativa a seguir.

Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos, a Companhia possui os seguintes volumes anuais contratados:

Ano	Volume Contratado (m³/dia)	Faixa de Compromisso de Retirada
2026 (Jun/26)	932.284	80% a 95%
2026 (jul/26 – Dez/26)	929.807	80% a 95%
2027	902.432	80% a 95%
2028	1.096.715	80% a 95%
2029-2032	900.000	95%
2033-2034	800.000	95%

Notas Explicativas

2035-2036	700.000	95%
2037-2038	600.000	95%
2041-2042	250.000	95%

Os fornecedores de gás da Companhia são Petrobras, Equinor, Galp e Logás.

Contratos de vendas e serviços para o mercado não térmico – Mercado cativo

A GASMIG celebra contratos de fornecimento de gás com clientes e aplica as tarifas vigentes, conforme estabelecido no Contrato de Concessão. Os clientes são agrupados conforme categoria tarifária, a saber:

- Consumidores Automotivos (GNV-01) - trata-se de tarifa específica para fornecimento de Gás Natural Veicular - GNV a consumidores do segmento automotivo. Os clientes deste segmento são os Postos Revendedores de GNV e de Gás Natural Comprimido - GNC-V que revendem o Gás Natural Veicular para o abastecimento de veículos leves, pesados e para o consumo no transporte público. Adicionalmente, há a categoria de GNV Frotista, composta por clientes que possuem frota cativa de veículos para uso regular (leves e/ou pesados), urbano ou rodoviário e/ou fora de estrada, que consomem o Gás Natural exclusivamente para fins automotivos na própria frota, não havendo a incidência de ICMS-ST. Vigorou até 31 de dezembro de 2025, a política pública de margem variável ao segmento GNV, nos termos das Resoluções SEDE n° 47, de 30 de setembro de 2022 e n° 60 de 23 de dezembro de 2024. Essa política não foi prorrogada para 2026.
- Consumidores Industriais (IND-01) - composto por indústrias que consomem volumes diários contratados a partir de 25.000 m³/mês. Os contratos têm previsão de tarifa de demanda e tarifa de energia, com a tarifa de demanda incidindo sobre o volume contratado, e a tarifa de energia incidindo sobre o volume de gás consumido. O faturamento é apurado em cascata específica, homologada pelo órgão regulador.
- Consumidores Comercial e Industrial (CI-01) - composto por clientes não residenciais de qualquer consumo, ou indústrias, que contratem volumes inferiores a 25.000m³ mensais.
- Consumidores Residenciais - individual (RIND-01) - coletivo (RCOL-01) - composto por clientes residenciais em habitações individuais ou em condomínios.
- Comercializadores de Gás Natural Comprimido ou Liquefeito - GNC (GNC/GNL-01) - composto por comercializadores de GNC e GNL, exceto para fins veiculares, na forma de gás natural comprimido, ou gás natural liquefeito, credenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- Consumidores Cogeração (COG/CLI-01) - composto por clientes com consumo destinado à cogeração, climatização e geração elétrica distribuída.

Contrato de Serviço de Distribuição – Mercado livre

Nesta modalidade, o consumidor é o responsável por contratar o suprimento de molécula e o transporte de gás natural, sendo a Gasmig a responsável pela distribuição.

A Companhia tem contratos com 11 clientes industriais, um cliente de cogeração e um cliente de GNC industrial, com vencimentos entre 30 de dezembro de 2026 e 31 de dezembro de 2027.

Para o mercado termelétrico, a Companhia tem os contratos de serviço de distribuição celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 590.950 m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração termelétrica, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2027, à Usina Termelétrica de Juiz de Fora.

Notas Explicativas

- Contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 1.100.000 m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração termelétrica, de 14 de julho de 2022 a 13 de julho de 2027, à Usina Termelétrica Ibiritermo.

Observando as resoluções do ambiente de contratação livre e os termos do contrato de serviço de distribuição, as receitas desse serviço são reconhecidas mensalmente, quando há o serviço de distribuição e mensuradas com base no volume de gás contratado e distribuído. A apuração decorre da capacidade do gasoduto disponibilizada pela Companhia e a capacidade efetivamente usada pelos clientes. É garantida remuneração mínima de 85% da capacidade instalada pela distribuidora.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard n° 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e com o Pronunciamento Contábil n° 21 (R1) - CPC 21 Demonstração intermediária, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Administração em 19 de março de 2026.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2026, o Conselho de Administração autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

3. Políticas Contábeis Materiais

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	18	17
Contas correntes	1.704	2.545
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	237.119	97.450
Total de caixa e equivalentes de caixa	238.841	100.012

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em fundos fixos das unidades, contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa. As aplicações financeiras em operações compromissadas são lastreadas em CDBs, remuneradas por taxas variáveis atreladas ao CDI, em média, 103,51% do CDI, em 30 de junho de 2026 (104,40% do CDI, em 31 de dezembro de 2025).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 22.

5. Contas a Receber de Clientes

	30/06/2026	31/12/2025
Industrial	83.180	84.168
Automotivo (gás veicular)	9.609	9.399
Gás Natural Comprimido (GNC)	2.342	1.344
Residencial	16.747	14.350
Usinas termelétricas	318.267	275.821
Cogeração	463	597
Comercial e Industrial de menor consumo	16.395	14.172
Provisão para perdas esperadas de créditos	(7.882)	(8.024)
Total líquido de contas a receber	439.121	391.827
Circulante	128.176	120.301
Não circulante	310.945	271.526

As contas a receber por prazo de vencimento estão demonstradas como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	93.692	91.353
Vencidos:		
Até 30 dias	9.787	9.661
De 31 a 60 dias	9.156	8.119
De 61 a 90 dias	7.947	7.080
De 91 a 180 dias	19.677	18.584
De 181 a 365 dias	41.242	43.467
De 366 a 720 dias	75.265	72.162
Acima de 721 dias	168.249	129.849
Perda esperada de crédito	(7.882)	(8.024)
Subtotal	417.133	372.251
Receita não faturada	21.988	19.576
Total líquido de contas a receber	439.121	391.827

As perdas de crédito esperadas - PCE estão segregadas conforme abaixo:

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025
Industrial	2.482	2.691
Automotivo (gás veicular)	2.219	2.493
Gás Natural Comprimido (GNC)	284	284
Comercial e Industrial de menor consumo	2.240	2.163
Residencial	653	389
Térmico	4	4
Total PCE	7.882	8.024

A Companhia tem o controle individualizado das parcelas vencidas e a vencer dos clientes e revisa, trimestralmente, a expectativa de perdas, considerando a assiduidade e histórico dos pagamentos, bem como os valores renegociados, que voltam a incorporar a carteira de títulos a vencer.

O valor de perdas de crédito esperada foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas futuras esperadas na realização dos créditos.

Com relação ao aumento dos valores dos títulos vencidos com prazos superiores a 721 dias, trata-se de notas fiscais emitidas para dois clientes livres, atualmente em processos de cobrança administrativa e judicial. A Companhia não tem expectativa de perda material dos valores na finalização do processo, motivo pelo qual foram reclassificados para o não circulante. Até a aprovação da emissão dessas Informações financeiras intermediárias a Companhia verificou, em relatórios públicos, que não houve alteração no risco de crédito destes clientes no período. Por se tratar de clientes livres, essas dívidas não comprometem a carteira global da Companhia e não aumentam o risco de perda esperada no recebimento dos demais créditos.

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período.

As contas a receber estão registradas pelo custo amortizado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas de crédito é como segue:

Saldo em 31/12/2024	7.694
Adições	1.378
Reversões/ Baixas	(1.048)
Saldo em 31/12/2025	8.024
Saldo em 31/12/2025	8.024
Adições	759
Reversões/ Baixas	(901)
Saldo em 30/06/2026	7.882

6. Tributos a Recuperar

A Companhia possui créditos de tributos a recuperar provenientes da aquisição de gás natural, de materiais e de demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural.

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025
ICMS - compra de gás e outros	4.111	4.916
Pis e Cofins	25.333	-
ICMS - rede de distribuição	5.371	10.435
Total	34.815	15.351
Circulante	29.444	4.916
Não Circulante	5.371	10.435

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes, principalmente, de aquisições de ativo intangível, que podem ser compensados em 48 meses, classificados como circulante e não circulante conforme prazos previstos para recuperação. O aumento do saldo no período decorre, prioritariamente, dos créditos de Pis e Cofins advindos do Projeto Centro Oeste, que teve sua primeira fase concluída e colocada em condições operacionais no trimestre. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	30/06/2026	31/12/2025
A recolher		
Imposto de renda	(70.182)	(144.435)
Contribuição social	(25.486)	(54.219)
	(95.668)	(198.654)
A recuperar		
Antecipações de imposto de renda	24.800	93.440
Antecipações de contribuição social	13.220	44.714
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	4.401	10.967
	42.421	149.121
Total de imposto de renda e contribuição social a recolher	(53.247)	(49.533)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos de forma líquida. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros, baseados nos orçamentos anuais e de longo prazo, permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 30 de junho de 2026.

Diferenças temporárias	30/06/2026	31/12/2025
Devolução crédito tributário judicial ICMS na base do PIS e COFINS	23.192	25.606
Provisão para contingências judiciais, trabalhistas e ambientais	2.393	1.971
Provisão para perda de ativos	1.406	1.406
Provisão atuarial	1.382	1.315
Arrendamentos	2.841	1.878
Outros resultados abrangentes	4	4
Outras diferenças temporárias	60	60
Adições temporárias	31.278	32.240
Atualização do ativo financeiro da concessão	(10.452)	(8.955)
Arrendamentos	(2.816)	(1.867)
Atualização do ativo financeiro (1)	(25.950)	(27.177)
Outros resultados abrangentes	(1.118)	(1.118)
Exclusões temporárias	(40.336)	(39.117)

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

(9.058)

(6.877)

(1) Refere-se à atualização do ativo financeiro, não tributado quando incorrido, que será tributado simultaneamente à realização do ativo financeiro. A Amortização ocorre conforme o prazo de concessão.

A movimentação dos impostos diferidos é:

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2025	22.393	(27.390)	7.980	(9.860)
Provisão Atuarial	49	-	18	-
Provisão para contingências judiciais	310	-	112	-
Arrendamentos	709	-	254	-
Devolução crédito tributário judicial	(1.775)	-	(639)	-
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	902	-	325
Arrendamentos	(698)	-	(251)	-
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(1.100)	-	(397)
30 de junho de 2026	20.988	(27.588)	7.474	(9.932)
31 de dezembro de 2024	26.633	(37.838)	9.505	(13.622)
Provisão Atuarial	139	-	50	-
Provisão para contingências judiciais	12	-	4	-
Arrendamentos	687	-	248	-
Devolução crédito tributário judicial	(1.953)	-	(703)	-
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	917	-	330
Arrendamentos	(649)	-	(233)	-
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(755)	-	(271)
Perda esperada do contas a receber (PCE)	-	10.509	-	3.783
30 de junho de 2025	24.869	(27.167)	8.871	(9.780)

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	294.344	398.350
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(100.077)	(135.439)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	829	1.072
Contribuições e doações indedutíveis e outras diferenças permanentes	1.400	1.221
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(97.848)	(133.146)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(95.667)	(145.262)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.181)	12.116
Alíquota efetiva do imposto	33%	33%

Notas Explicativas

	Abr a Jun/2026	Abr a Jun/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	146.663	224.288
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(49.865)	(76.258)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	(2.347)	229
Contribuições e doações indedutíveis e outras diferenças permanentes	1.447	2.562
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(50.765)	(73.467)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(48.761)	(71.973)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(2.004)	(1.494)
Alíquota efetiva do imposto	35%	33%

8. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas que influenciaram os principais saldos em 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Arrendamento – Direito de uso (5)	517	1.029
Total de ativos	517	1.029
Passivo		
Salários, provisões, encargos e contribuições sociais (1)	104	104
Previdência privada - FORLUZ (2)	828	3.265
Plano de saúde - CEMIG SAÚDE (3)	49	448
Aluguel e Condomínio a pagar - CEMIG (5)	469	469
Arrendamento – Obrigações (5)	549	1.098
Benefícios Pós- Emprego (4)	1.031	835
Total de passivos	3.030	6.219
Resultado	30/06/2026	30/06/2025
Despesas		
Despesas com previdência privada (2)	4.064	4.155
Despesas com serviços e plano de saúde (3)	968	1.412
Despesa com Arrendamento (5)	(46)	(93)
Provisão Atuarial (4)	196	552
Total de despesas	5.182	6.026

- (1) O saldo refere-se a provisões a pagar à CEMIG, acionista controlador, relativas aos empregados cedidos à Gasmig.
- (2) A Gasmig é uma das patrocinadoras do Plano “B”, plano misto de previdência privada administrado pela Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, e realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do plano, em conformidade com o seu regulamento.
- (3) A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano *Premium*, plano de saúde administrado pela CEMIG SAÚDE, e realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento.

Notas Explicativas

A Companhia possui contrato de prestação de serviços com a CEMIG SAÚDE para elaboração do PCMSO de seus empregados.

- (4) Provisões atuariais para honrar compromissos futuros que a Companhia possui por ser patrocinadora dos planos ProSaúde Integrado - PSI e Plano Odontológico - POD.
- (5) Valores relativos ao contrato de aluguel do imóvel da Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, pertencente à FORLUZ e arrendado pela sua controladora CEMIG. As condições contratuais para utilização do referido imóvel foram assinadas em 1º de junho de 2021, com prazo de vigência de 60 meses e cláusula contratual de reajuste anual conforme índice IPCA. Maiores detalhes, vide nota 10.

Remuneração aos Administradores

A Gasmig remunera diretamente os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Os valores referentes a essa remuneração estão demonstrados a seguir:

	30/06/2026		30/06/2025	
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Honorários	330	229	251	141
INSS	57	42	50	28
Total	387	271	301	169

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Gasmig recebeu, a título de remunerações, o montante de R\$2.113 no período findo em 30 de junho de 2026 (R\$2.308 no período findo em 30 de junho de 2025).

9. Ativo de Concessão - Ativo Financeiro, Intangível e de Contrato

A composição do ativo de concessão da Companhia é a seguinte:

a) Ativo financeiro

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo financeiro		
Servidões permanentes	101.640	74.123
Terrenos	23.088	22.279
Tubulações	55.875	6.514
Total do ativo financeiro da concessão	180.603	102.916

A Companhia realizou a bifurcação dos valores relativos às tubulações, cujos prazos de amortização ultrapassam o período da concessão, reclassificando tais valores para ativo financeiro.

b) Ativo de contrato

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos de contrato		
Construção e expansão de ramais	319.314	759.314
Material em depósito	58.143	62.339
Total do ativo de contrato de concessão	377.457	821.653

O saldo de construção e expansão de ramais, bem como de material em depósito, corresponde a materiais diversos e obras relacionadas a projetos de expansão ainda em andamento, com destaque especial para o Projeto Centro-Oeste. A redução substancial no saldo está relacionada a colocação do ativo em estágio operacional, por meio da gaseificação da primeira fase deste projeto, realizada no segundo trimestre de 2026. O término do projeto, conforme cronograma de obras, é previsto para o 2º semestre do ano.

Notas Explicativasc) Ativo Intangível

	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ativo intangível						
Ativos em operação	3.112.506	(1.061.445)	2.051.061	2.671.669	(1.011.563)	1.660.106
(-) Obrigações especiais	(62.926)	60.271	(2.655)	(62.720)	58.876	(3.844)
Ativo intangível de concessão em serviço	3.049.580	(1.001.174)	2.048.406	2.608.949	(952.687)	1.656.262

As movimentações do ativo de concessão (financeiro, intangível e de contrato da Companhia aconteceram conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2025	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 30/06/2026
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Ativo financeiro - Serviços permanentes		74.123	-	2.767	-	24.750	101.640
Ativo Financeiro – Tubulações		6.514	-	847	-	48.514	55.875
Ativo financeiro - Terrenos		22.279	-	789	-	20	23.088
Softwares	5	74.739	-	-	-	575	75.314
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	22.682	-	-	-	716	23.398
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	153.781	-	-	(30)	43.453	197.204
Tubulações	30	1.521.408	-	-	-	444.015	1.965.423
(-) Bifurcação para Ativo Financeiro		(6.266)	-	-	-	(48.514)	(54.780)
Móveis	10	2.225	-	-	-	43	2.268
Equipamentos processamento de dados	5	7.196	-	-	(148)	727	7.775
Veículos	5	588	-	-	-	-	588
Ativo de contrato (obras em andamento) *		821.653	70.103	-	-	(514.299)	377.457
Total do custo		3.596.238	70.103	4.403	(178)	-	3.670.566
Amortização acumulada							
Bônus de outorga		(167.286)	(13.257)	-	-	-	(180.543)
Softwares		(54.776)	(3.288)	-	-	-	(58.064)
Edificações - obras civis e benfeitorias		(9.236)	(464)	-	-	-	(9.700)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(3.235)	(149)	-	-	-	(3.384)
Máquinas e equipamentos		(103.989)	(3.859)	-	13	-	(107.835)
Tubulações		(665.119)	(28.603)	-	-	-	(693.722)
Móveis		(1.735)	(57)	-	-	-	(1.792)
Equipamento processamento de dados		(5.599)	(358)	-	140	-	(5.817)
Veículos		(588)	-	-	-	-	(588)
Total da amortização acumulada		(1.011.563)	(50.035)	-	153	-	(1.061.445)
Subtotal		2.584.675	20.068	4.403	(25)	-	2.609.121
Obrigações especiais		(62.720)	(206)	-	-	-	(62.926)
(-) Obrigações especiais		58.876	1.395	-	-	-	60.271
Total do ativo de concessão líquido		2.580.831	21.257	4.403	(25)	-	2.606.466

Notas Explicativas

	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2024	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2025
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Ativo financeiro - Servidões permanentes		70.803	160	3.160	-	-	74.123
Ativo Financeiro – Tubulações		-	-	248	-	6.266	6.514
Ativo financeiro - Terrenos		21.328	-	951	-	-	22.279
Softwares	5	68.601	-	-	-	6.138	74.739
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	21.146	-	-	-	1.536	22.682
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	147.632	-	-	(2.839)	8.988	153.781
Tubulações	30	1.471.825	-	-	-	49.583	1.521.408
(-) Bifurcação para Ativo Financeiro		-	-	-	-	(6.266)	(6.266)
Móveis	10	2.119	-	-	-	106	2.225
Equipamentos processamento de dados	5	6.425	-	-	-	771	7.196
Veículos	5	588	-	-	-	-	588
Ativo de contrato (obras em andamento) *		553.770	335.005	-	-	(67.122)	821.653
Total do custo		3.259.553	335.165	4.359	(2.839)	-	3.596.238
Amortização acumulada							
Bônus de outorga		(140.551)	(26.735)	-	-	-	(167.286)
Softwares		(48.395)	(6.381)	-	-	-	(54.776)
				-			
Edificações - obras civis e benfeitorias		(8.338)	(898)	-	-	-	(9.236)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(2.924)	(311)	-	-	-	(3.235)
Máquinas e equipamentos		(98.186)	(7.162)	-	1.359	-	(103.989)
Tubulações		(613.286)	(51.833)	-	-	-	(665.119)
Móveis		(1.623)	(112)	-	-	-	(1.735)
Equipamento processamento de dados		(4.932)	(667)	-	-	-	(5.599)
Veículos		(585)	(3)	-	-	-	(588)
Total da amortização acumulada		(918.820)	(94.102)	-	1.359	-	(1.011.563)
Subtotal		2.340.733	241.063	4.359	(1.480)	-	2.584.675
Obrigações especiais		(62.210)	(510)	-	-	-	(62.720)
(-) Obrigações especiais		55.963	2.913	-	-	-	58.876
Total do ativo de concessão líquido		2.334.486	243.466	4.359	(1.480)	-	2.580.831

*Adições líquidas dos créditos tributários de PIS, COFINS e ICMS no valor de R\$70.103.

Servidões permanentes e terrenos não possuem vida útil definida, já o bônus pela outorga e demais ativos da concessão são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

10. Arrendamento

a) Direito de uso

A composição do saldo por classe de ativo identificado e a movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.582	3.650	5.232
Amortização	(787)	(1.815)	(2.602)
Saldos em 30 de junho de 2026	795	1.835	2.630

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.592	3.672	5.264
Juros incorridos	71	163	234
Pagamentos efetuados	(845)	(1.948)	(2.793)
Saldos em 30 de junho de 2026	818	1.887	2.705
Passivo circulante			2.705
Passivo não circulante			-

Os valores de PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, são apresentados na tabela a seguir:

	Nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.793	2.705
PIS e COFINS potencial	258	250

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados anualmente pelo IPCA. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

2026	2.793
Valores não descontados	2.793
Juros embutidos	88
Total	2.705

11. Debêntures

Esta Nota Explicativa fornece informações sobre os contratos de debêntures, que são mensurados pelo custo amortizado.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver Nota Explicativa nº 22.

Notas Explicativas

Agente financeiro	Encargos anuais	30/06/2026		31/12/2025	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 8ª emissão	5,27% + IPCA = 9,91%	160.504	807.449	156.181	779.945
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 160/22) – 9ª emissão	0,47% + CDI = 14,62%	1.205	200.000	1.257	200.000
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 160/22) – 10ª emissão	6,50%+ IPCA=11,14%	2.421	311.308	1.280	300.705
	(-) Custos de transação	(3.222)	(16.729)	(3.215)	(18.279)
		160.908	1.302.028	155.503	1.262.371

Essas emissões foram de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.

As quantias registradas no passivo circulante englobam o principal da dívida atualizado, vincendo nos doze meses seguintes, e juros provisionados e ainda não pagos no período.

Saldo da dívida em 31/12/2025	Captações	Amortização dos custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 30/06/2026
1.417.874	-	1.542	90.586	(47.066)	-	1.462.936

Saldo da dívida em 31/12/2024	Captações	Amortização dos custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2025
1.209.754	291.737	2.304	124.790	(115.711)	(95.000)	1.417.874

A Oitava Emissão de Debêntures Públicas (CVM 476/09), com a captação de R\$850.000, em setembro de 2020, à taxa de 5,27% + IPCA com vencimento em setembro de 2031, tem pagamento de juros semestrais, as amortizações são anuais, a partir de agosto de 2024. Em agosto de 2025, a Companhia quitou a segunda parcela da amortização, cujo valor atualizado foi R\$130.075. (R\$95.000 de amortização e R\$35.075 de atualização monetária) e em fevereiro de 2026 a 11ª parcela de juros, no valor de R\$24.379.

A Companhia captou recursos em dezembro de 2024, por meio da 9ª Emissão de Debêntures Públicas, realizada nos termos da Resolução CVM nº 160/22, no montante de R\$ 200.000, com remuneração correspondente à variação acumulada do CDI, acrescida de spread de 0,47% a.a., e vencimento em dezembro de 2029. Os juros são pagos semestralmente e as amortizações do principal ocorrerão em três parcelas anuais, a partir de 2027. Em junho de 2026, a Companhia pagou a terceira parcela de juros semestrais, no montante de R\$ 14.234.

A Companhia captou recursos, em dezembro de 2025, por meio da 10ª emissão de Debêntures Públicas (CVM 160/22), à ordem de R\$300.000, à taxa de 6,50% + IPCA, com vencimento em novembro de 2035 e custos de captação de R\$8.263. Os juros têm pagamentos semestrais e serão três amortizações a partir de 2033. A seguir, é apresentado o cronograma anual de amortizações dos valores principais captados (ver na Nota Explicativa nº 22, o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035	Total
Amortizações do principal		164.130	216.724	223.869	231.014	164.348	1.482.887
Amortização dos custos da transação		(1.611)	(3.222)	(3.222)	(3.211)	(3.087)	(19.951)
Amortização líquida		162.519	213.502	220.647	227.803	161.261	1.462.936

Notas Explicativas

Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

Todas as cláusulas financeiras restritivas, as quais são apuradas apenas ao final de cada exercício, foram atendidas no último período de medição, de acordo com o contrato.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

Encargos financeiros capitalizados

A Gasmig incorporou ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos das debêntures vinculados a obras em andamento, conforme abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Encargos de debêntures	90.586	70.100
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1)	(21.925)	(31.348)
Efeito líquido no resultado	68.661	38.752

(1) A taxa média de capitalização foi de 3,3981% no 1º semestre de 2026.

Os valores dos encargos incorporados à infraestrutura da concessão não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

12. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de gás	96.284	89.087
Fornecedores de serviços e materiais	34.308	42.175
	130.592	131.262

13. Tributos a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
PIS e COFINS	-	6.904
INSS retenções de pessoas jurídicas	1.267	1.436
ISS e outros	4.512	4.115
	5.779	12.455

14. Provisões para riscos

a) Composição das provisões para riscos

	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhistas e ambiental	2.415	5.750
Tributárias e cíveis	6.527	1.950
	8.942	7.700

A movimentação das provisões encontra-se apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2025	Adições/transfe rências de principal	Atualização monetária	Pagamento e Reversões	Saldos em 30/06/2026
Trabalhistas e ambiental	5.750	(3.429)	93	0	2.414
Tributárias e cíveis	1.950	4.683	480	-585	6.528
	7.700	1.254	573	(585)	8.942

	Saldos em 31/12/2024	Adições de principal	Atualização monetária	Pagamento e Reversões	Saldos em 31/12/2025
Trabalhistas e ambiental	8.351	2.015	(676)	(3.940)	5.750
Tributárias e cíveis	1.905	45	-	-	1.950
	10.256	2.060	(676)	(3.940)	7.700

Ações com risco possível

Existem outros processos avaliados pela administração, consideradas por seus assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída. O valor total das ações com risco de perda possível monta R\$14.873 em 30 de junho 2026 (R\$17.759 em dezembro de 2025), com as seguintes naturezas jurídicas:

	30/06/2026	31/12/2025
Tributárias	7.881	9.869
Cíveis	3.779	2.653
Trabalhistas	3.213	5.237
	14.873	17.759

b) Depósitos judiciais por natureza:

	30/06/2026	31/12/2025
Outros	3.614	3.571
	3.614	3.571

Em junho de 2026, os depósitos judiciais diversos exigidos pelos tribunais para as ações nas quais a Companhia é ré somavam R\$3.614 (em dezembro de 2025, somavam R\$3.571).

15. Valores a Restituir aos Consumidores

Em agosto de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas bases de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic. A Companhia obteve também liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 22 de outubro de 2019, por meio da correspondência nº CT-136/19, a Associação Brasileira das Distribuidoras

Notas Explicativas

de Gás Canalizado - Abegás informou à Gasmig acerca do trânsito em julgado da ação nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que teve por objeto a declaração do direito das distribuidoras associadas de excluir o ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A partir de fevereiro de 2020, a Gasmig aproveitou os efeitos da sentença da Abegás e deixou de incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, deixando ainda de realizar os depósitos referentes à controvérsia.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos no RE nº 574.706, sedimentando o entendimento de que o ICMS destacado na nota fiscal é que deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS, atribuindo, portanto, certeza ao evento. Tendo em vista o reconhecimento, pela Fazenda Nacional, de que o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal, a Gasmig reconheceu os créditos tributários para promover a habilitação do indébito e o levantamento dos depósitos judiciais. Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig. Em 2023, a Receita Federal deferiu os pedidos de habilitação referente aos créditos e a Companhia os utilizou na compensação de tributos federais. Em dezembro de 2024, a Companhia recebeu integralmente os depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS realizados até fevereiro de 2020, corrigidos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de julho de 2016 a janeiro de 2020 (mês em que a Companhia passou a excluir o ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS). Os critérios para a restituição dos créditos de PIS e COFINS aos consumidores ainda estão sendo objeto de discussões junto à Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais (Arsae-MG). Em 30 de junho de 2026, o valor a ser restituído a consumidores que ajuizarem ações conforme orientação da decisão do STF monta R\$116.598.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 30 de junho de 2026:

31/12/2024	Atualizações	Reversões	31/12/2025
143.210	(2.646)	(15.460)	125.104
31/12/2025	Atualizações	Reversões	30/06/2026
125.104	(1.405)	(7.101)	116.598

16. Direitos de Retirada e Obrigações de Entrega de Gás

Os saldos no ativo são os direitos de retirada futura de gás pela Companhia.

Direitos de retirada	30/06/2026	31/12/2025
Não térmico – circulante	7.912	9.375
Não térmico – não circulante	30.610	37.862
	38.522	47.237

Os direitos de retirada referem-se ao direito contratual de retirar, em períodos futuros, volumes de gás não térmico previamente pagos e/ou garantidos, os quais são mensurados ao custo e realizados à medida que ocorre a efetiva retirada/consumo dos volumes.

Em 30 de junho de 2026, os direitos de retirada totalizam R\$ 38.522 (R\$ 47.237 em 31 de dezembro de 2025), sendo R\$ 7.912 registrados no ativo circulante, com expectativa de realização até junho de 2027, e R\$ 30.610 no ativo não circulante, relacionados a contratos de longo prazo com previsão de realização até fevereiro de 2029.

Notas Explicativas

A redução do saldo entre 31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026 decorre, principalmente, da realização (baixa) desses direitos em função do consumo observado no período. Após o encerramento contratual, em junho de 2025, com um cliente relevante do mercado cativo e sua migração para o mercado livre, a Companhia renegociou seus contratos de suprimento, com encerramento do contrato 2024–2032 e migração dos volumes para o contrato 2024–2028. Essa renegociação permitiu adequar os volumes contratados ao perfil de consumo projetado da Companhia, contribuindo para a regular realização dos direitos de retirada.

No passivo, a Companhia reconhece obrigações de entrega futura de gás não térmico decorrentes de contratos com clientes que preveem retirada mínima mensal e/ou anual. Quando o consumo do período é inferior ao volume mínimo contratado, o cliente efetua o pagamento do volume não retirado, e a Companhia reconhece uma obrigação de entrega futura em conta específica, a qual é baixada à medida que ocorre a entrega/consumo dos volumes nos períodos subsequentes.

Obrigações de entrega	30/06/2026	31/12/2025
Não térmico – circulante	564	802
Não térmico – não circulante	4.890	5.986
	5.454	6.788

Em 30 de junho de 2026, a Companhia reconhece obrigações de entrega de gás não térmico no valor de R\$ 5.454 (R\$ 6.788 em 31 de dezembro de 2025), sendo R\$ 564 registrados no passivo circulante, com expectativa de liquidação por entrega até junho de 2027, e R\$ 4.890 no passivo não circulante, com expectativa de liquidação após esse prazo.

A variação e a mudança na classificação entre circulante e não circulante refletem, principalmente:

- (i) pagamentos por retirada mínima não consumida no período, com consequente reconhecimento da obrigação de entrega futura, e
- (ii) revisões da expectativa de entrega informada pelos clientes, que suportam a classificação do saldo por prazo.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 665.430. O capital é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Energética de Minas Gerais	152.151	99,1	153.471	100	305.622	99,6
Município de Belo Horizonte	1.320	0,9	-	-	1.320	0,4
Total em 30/06/2026 e 31/12/2025	153.471	100	153.471	100	306.942	100

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros

A seguir, é demonstrada a composição da conta reserva de lucros:

	30/06/2026	31/12/2025
Reserva legal (i)	133.088	133.088
Reserva de lucros a realizar (ii)	48.477	50.860
Dividendos adicionais propostos (iii)	-	389.962
	181.565	573.910

i) Reserva legal

Ao final de 2023, a Companhia atingiu o limite de 20% do capital social.

ii) Reserva de lucros a realizar

Com a renovação do Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a reconhecer a realização dos valores registrados nessa reserva na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

iii) Dividendos adicionais propostos

Nos exercícios em que a Administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, tais recursos são mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Em 29 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprovou a distribuição dos dividendos adicionais propostos de 2025. Dessa forma, os valores até então mantidos no Patrimônio Líquido na conta "Dividendos Adicionais Propostos", foram reclassificados para o Passivo Circulante.

c) Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de resultado por ação para os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025:

Numerador	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	47.949	98.248	75.410	132.602
Lucro disponível aos acionistas ordinários	47.949	98.248	75.411	132.602
	95.898	196.496	150.821	265.204
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações preferenciais	153.471	153.471	153.471	153.471
Média ponderada de número de ações ordinárias	153.471	153.471	153.471	153.471
Total	306.942	306.942	306.942	306.942
Resultado básico e diluído por ação, em reais				
Preferencial	0,3124	0,6402	0,4914	0,8640
Ordinária	0,3124	0,6402	0,4914	0,8640

Notas Explicativas

18. Receita líquida de vendas

A receita é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás e pela disponibilização da capacidade instalada do gasoduto para os clientes do mercado livre. A migração de clientes para o mercado livre, com menor margem regulatória, impactou a comparação entre o segundo trimestre de 2026 e o mesmo período do ano anterior, conforme tabela a seguir:

	Número de consumidores (*)		Volume em mil m³ (*)		Montante	
	Jan a	Jan a	Jan a	Jan a	Jan a	Jan a
	Jun/2026	Jun/2025	Jun/2026	Jun/2025	Jun/2026	Jun/2025
Mercado Cativo						
Automotivo	63	65	7.861	10.241	31.430	41.808
Gás Natural Comprimido Automotivo	2	2	154	259	616	1.058
Industrial	82	91	146.787	351.814	608.827	1.536.570
Gás Natural Comprimido Industrial	5	5	3.932	4.897	12.206	16.684
Residencial	111.377	105.090	6.394	6.296	56.347	53.366
Cogeração	7	7	222	6.197	857	24.225
Comercial	1.506	1.447	13.072	11.637	73.830	63.400
Total Mercado Cativo	113.042	106.707	178.422	391.341	784.113	1.737.111
Mercado Livre						
	Clientes Livres		Capacidade contratada e utilizada em m³		Montante	
Receita de Distribuição (industrial - mercado livre)	11	7	267.690	99.966	286.004	109.886
Receita de Distribuição (Gás Natural Comprimido Industrial - mercado livre)	1	1	4.542	4.730	1.048	1.044
Receita de Distribuição (cogeração - mercado livre)	1		7.058		5.552	
Receita de Distribuição (térmica - mercado livre)	2	2	16.631	34.067	45.712	45.115
Total Mercado Livre	15	10	295.921	138.763	338.316	156.045
Total Cativo + Livre	113.057	106.717	474.343	530.104	1.122.429	1.893.156

	Número de consumidores (*)		Volume em mil m³ (*)		Montante	
	Abr a	Abr a	Abr a	Abr a	Abr a	Abr a
	Jun/2026	Jun/2025	Jun/2026	Jun/2025	Jun/2026	Jun/2025
Mercado Cativo						
Automotivo	63	65	3.939	4.768	15.879	19.569
Gás Natural Comprimido Automotivo	2	2	56	110	228	454
Industrial	82	91	69.896	174.789	299.908	772.126
Gás Natural Comprimido Industrial	5	5	2.444	2.643	7.671	9.074
Residencial	111.377	105.090	3.366	3.550	29.625	29.980
Cogeração	7	7	100	3.371	390	13.197
Comercial	1.506	1.447	6.790	6.161	38.656	33.758
Total Mercado Cativo	113.042	106.707	86.591	195.392	392.357	878.158

Notas Explicativas

Mercado Livre	Clientes Livres		Capacidade contratada e utilizada em m³		R\$ mil	
Receita de Distribuição (industrial - mercado livre)	11	7	132.849	58.901	145.850	63.703
Receita de Distribuição (Gás Natural Comprimido Industrial - mercado livre)	1	1	2.288	2.581	531	574
Receita de Distribuição (cogeração - mercado livre)	1		3.272		2.605	
Receita de Distribuição (térmica - mercado livre)	2	2	4.846	20.112	23.176	23.000
Total Mercado Livre	15	10	143.254	81.594	172.162	87.277
Total Cativo + Livre	113.057	106.717	229.846	276.986	564.519	965.435

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Abaixo é apresentada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida constantes na demonstração de resultado do período:

	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025
Receita bruta	1.122.429	1.893.156
Descontos e abatimentos	(2.676)	(6.879)
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(146.271)	(229.811)
ICMS Substituição tributária	(1.820)	(2.783)
PIS	(15.858)	(27.180)
COFINS	(73.042)	(125.186)
ISSQN	(1.619)	(1.005)
Receita de construção	103.936	194.341
Receita líquida	985.079	1.694.653

	Abr a Jun/2026	Abr a Jun/2025
Receita bruta	564.519	965.435
Descontos e abatimentos	(1.182)	58
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(73.668)	(116.732)
ICMS Substituição tributária	(856)	(1.261)
PIS	(7.975)	(13.859)
COFINS	(36.733)	(63.831)
ISSQN	(829)	(469)
Receita de construção	53.127	92.742
Receita líquida	496.403	862.083

19. Receitas e Custos de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Notas Explicativas

A Gasmig não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Para a Gasmig, a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Os valores se referem à rede de distribuição de gás natural, por isso não são registrados valores relativos aos projetos de suporte (Tecnologia da Informação e Infraestrutura). A execução do Projeto Centro-Oeste representa o maior impacto na variação da Receita e do Custo de Construção no período.

	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025
Receita de construção	103.936	194.341
Custos de construção	(103.936)	(194.341)
Pessoal	(3.520)	(3.496)
Material	(9.675)	(16.847)
Serviços	(68.815)	(138.816)
Outros	(21.926)	(35.182)
Líquido	-	-

	Abr a Jun/2026	Abr a Jun/2025
Receita de construção	53.127	92.742
Custos de construção	(53.127)	(92.742)
Pessoal	(1.836)	(1.931)
Material	(5.240)	(5.512)
Serviços	(40.655)	(67.526)
Outros	(5.396)	(17.773)
Líquido	-	-

20. Custos e Despesas por Natureza

A abertura das despesas/receitas por natureza:

	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025
Compra de gás*	(411.745)	(973.949)
Custos de operação e manutenção da rede	(24.101)	(19.501)
Amortização	(51.114)	(47.164)
Despesas com pessoal	(29.249)	(28.493)
Despesas com materiais e serviços	(18.031)	(20.512)
Perda esperada em créditos	141	(82)
Créditos na reversão de provisão para devolução aos clientes	7.101	7.812
Outras receitas e despesas	(6.615)	(8.979)
	(533.613)	(1.090.868)

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	(481.914)	(1.035.894)
Despesas de vendas, administrativas e gerais	(58.789)	(59.345)
Perda esperada em créditos	141	(82)
Outras receitas e despesas operacionais	6.949	4.453
	(533.613)	(1.090.868)

Notas Explicativas

	Abr a Jun/2026	Abr a Jun/2025
Compra de gás*	(198.475)	(485.098)
Custos de operação e manutenção da rede	(12.708)	(11.346)
Amortização	(27.193)	(23.735)
Despesas com pessoal	(15.513)	(15.568)
Despesas com materiais e serviços	(9.734)	(12.326)
Perda esperada em créditos	(478)	(143)
Créditos na reversão de provisão para devolução aos clientes - Nota 15	3.540	3.931
Outras receitas e despesas	(4.004)	(5.300)
	(264.565)	(549.585)

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	(235.823)	(517.806)
Despesas de vendas, administrativas e gerais	(31.729)	(32.803)
Perda esperada em créditos	(478)	(143)
Outras receitas e despesas operacionais	3.465	1.167
	(264.565)	(549.585)

*Em 2007, foi criada a Parcela Compensatória como um mecanismo capaz de repassar integralmente para as tarifas as variações positivas e negativas entre as previsões assumidas para o cálculo do custo médio do gás adquirido e o efetivamente pago. E, em julho de 2017, a então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes, antigo nome da Sede/MG, regulamentou a Parcela Compensatória com a publicação da Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017 - ANEXO VIII.

A Parcela Compensatória garante os princípios do Contrato de Concessão que preveem a adoção de uma tarifa adequada, conforme reconhecido na Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017: “o mecanismo da parcela compensatória deve resguardar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão gerando a neutralidade dos componentes tarifários não gerenciáveis pela concessionária e contribuir para a estabilidade tarifária”.

Esse mecanismo visa garantir que não haverá perdas ou ganhos com relação ao custo do gás realizado quando comparado ao previsto para o repasse do reajuste das tarifas, tanto para a concessionária de distribuição do gás natural, quanto para o mercado consumidor.

O valor total relativo à Conta de Compensação apurado pela diferença entre o valor pago relativo à compra de gás natural e serviços relativos ao Projeto Estruturante e o repassado ao mercado no trimestre anterior é acrescido (aumento ou redução) ao custo médio que vigorará no(s) trimestre(s) seguinte(s). Para apuração dos valores totais devidos de uma parte a outra, é aplicada a correção diária da taxa Selic divulgada pelo Banco Central.

O valor do acréscimo ou redução no preço de gás e transporte será computado para cada conjunto dos segmentos tarifários (reajuste trimestral ou anual) de acordo com a previsão do mercado apresentada pela concessionária e aprovada pelo regulador para vigorar por períodos específicos.

Atualmente, as principais variáveis que afetam a Parcela Compensatória são: (i) a previsão de pagamento dos Compromissos Contratuais e sua efetiva realização; e (ii) custos relativos ao Projeto Estruturante. Defasagens nos repasses dos reajustes e diferenças obtidas entre as diversas variáveis que compõem o custo médio de aquisição e do custo de distribuição também compõem a Parcela Compensatória.

A Resolução SEDE nº 47, de 30 de setembro de 2022, aprovou a adoção de uma margem variável para o segmento de GNV, dependendo de sua competitividade junto à gasolina, sendo que a diferença da margem homologada para

Notas Explicativas

a margem realizada é captada em uma conta gráfica separada. As tarifas do GNV foram ajustadas conforme Resoluções SEDE posteriores, emitidas entre outubro de 2022 e dezembro de 2025, quando foi finalizada a vigência desse programa.

Em 30 de junho 2026, o saldo da parcela compensatória é de R\$109.587 (R\$101.848 em 30 de dezembro de 2025). No quadro abaixo, é apresentada a movimentação, apurada com base nos controles gerenciais da Companhia, onde valores positivos representam aumentos dos saldos e valores negativos representam valores recuperados, por meio de repasse nas tarifas.

31 de dez/2024			31 de dez/2025
Saldo Anterior	Recuperação	Geração	Saldo Atual
79.090	(2.550)	25.308	101.848
31 de dez/2025			30 de jun/2026
Saldo Anterior	Recuperação	Geração	Saldo Atual
101.848	(3.983)	11.722	109.587

A mudança do patamar de compra de gás é reflexo da migração de clientes industriais para o mercado livre.

21. Resultado Financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	Jan a Jun/2026	Jan a Jun/2025
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	12.317	19.939
Juros e multas	1.216	5.987
Atualização monetária	6.124	6.036
Outros	320	118
	19.977	32.080
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(70.466)	(40.109)
Juros e multas	(1.358)	(1.333)
PIS/COFINS	(724)	(1.351)
Atualização monetária valores a restituir (a)	(545)	(290)
Outras	(70)	(91)
	(73.163)	(43.174)
Resultado financeiro, líquido	(53.186)	(11.094)
	Abr a Jun/2026	Abr a Jun/2025
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	6.881	10.840
Juros e multas	441	5.267
Atualização monetária	3.800	3.307
Outros	273	64
	11.395	19.478
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(43.448)	(14.084)
Juros e multas	(291)	(236)
PIS/COFINS	(391)	(851)
Atualização monetária valores a restituir (a)	722	276
Outras	(35)	(50)
	(43.443)	(14.945)
Resultado financeiro, líquido	(32.048)	4.533

(a) Saldo correspondente a atualização de créditos tributários de exclusão de ICMS na base de PIS/COFINS e passivos a restituir.

Notas Explicativas

22. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

		30/06/2026		31/12/2025	
	Nível	Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Justo ⁽¹⁾
Ativos Financeiros					
Custo Amortizado					
Contas a receber de clientes	2	439.121	439.121	391.827	391.827
Valor Justo por meio de Resultado					
Caixa e equivalentes de caixa –					
Operações compromissadas	2	237.119	237.119	97.450	97.450
Ativo financeiro da concessão	3	180.603	180.603	102.916	102.916
		856.843	856.843	592.193	592.193
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Debêntures	2	1.462.936	1.421.416	1.417.874	1.396.157
Arrendamentos	2	2.705	2.705	5.264	5.264
Fornecedores	2	130.592	130.592	131.262	131.262
		1.596.233	1.554.713	1.554.400	1.532.683

(1) o valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo, exceto para debentures.

b) Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros e de suas atividades:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Outros riscos.

A Companhia mantém políticas de gerenciamento de riscos e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Não existe risco cambial relevante. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

b.1) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, advindos da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Notas Explicativas

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Além disso, a maior parte das receitas de vendas provém de grandes indústrias, com sólida situação financeira. A Companhia efetua análises individuais dos saldos em atraso e registra provisão para os créditos que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. A provisão para perdas esperadas de crédito, registrada no montante de R\$7.882 em 30 de junho de 2026 (em 31 de dezembro de 2025, R\$8.024) representativos de 1,7% (em 31 de dezembro de 2025, 2,0%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. A composição de vencimentos e movimentação da provisão foi demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$238.841 em junho de 2026 (R\$100.012 em dezembro de 2025), os quais representam sua máxima exposição ao risco de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

b.2) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5-20 anos
Debêntures	1.462.936	2.108.159	168.071	70.135	308.423	837.767	723.763
Arrendamentos	2.705	2.793	931	1.862			
Fornecedores	130.592	130.592	130.592				
	1.596.233	2.241.544	299.594	71.997	308.423	837.767	723.763

A administração decidiu manter a reclassificação dos valores a receber de dois clientes livres, devido à manutenção da incerteza na expectativa de prazo para a conclusão do processo judicial de cobrança (Nota 5). Como resultado, o Capital Circulante Líquido da Companhia apresentou um saldo negativo de R\$ 469.245.

A Companhia mantém uma geração de caixa positiva e margens robustas, além de contar com acesso a capital e possibilidade de obtenção de dívida, considerando o nível de endividamento. Não foram observadas situações em que tais medidas tenham sido necessárias ao longo do ano, mesmo com a redução do caixa gerado pelo atraso no recebimento dos clientes em discussão.

b.3) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado na Nota Explicativa nº 4.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas, conforme Nota Explicativa nº 11. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas de debêntures efetuadas e aplicações financeiras, as quais são indexadas à variação do IPCA e da Selic. Os valores da citada exposição estimados pela Companhia, consideram o resultado dos cenários provável e adverso, respectivamente, bem como possuem como base as taxas de juros projetadas por seus consultores financeiros para o próximo exercício e são apresentados a seguir:

	30/06/2026 Valor contábil	Cenário Provável SELIC 14,25%	Cenário Adverso SELIC 16,00%
Ativos			
Aplicações financeiras – circulante	237.119	270.908	275.058
Títulos e valores mobiliários – circulante			
Ativo líquido exposto	237.119	270.908	275.058
Efeito líquido da variação das taxas de juros		33.789	37.939
	30/06/2026 Valor contábil	Cenário Provável SELIC 14,25% IPCA 4,44%	Cenário Adverso SELIC 16,00% IPCA 6,66%
Passivos			
Debêntures (CDI) – circulante	(1.070)	(1.222)	(1.241)
Debêntures (IPCA) – circulante	(159.838)	(166.935)	(170.483)
Debêntures (CDI) - não circulante	(199.673)	(228.126)	(231.621)
Debêntures (IPCA) - não circulante	(1.102.355)	(1.151.300)	(1.175.772)
Passivo líquido exposto	(1.462.936)	(1.547.583)	(1.579.117)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(84.647)	(116.181)

b.4) Outros riscos

Por meio da celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, ocorrida em 11 de novembro de 2022, a Companhia assumiu como metas de expansão para o ciclo tarifário de 2022 a 2026: (i) implantar redes de gás canalizado em municípios localizados em pelo menos sete mesorregiões do Estado de Minas Gerais; e (ii) atingir a marca de 100 mil clientes atendidos até o fim de 2026. O não atingimento das metas assumidas no âmbito do Quarto Termo Aditivo poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, como advertência, multa, ou em última hipótese, a decretação de caducidade, nos termos do Contrato de Concessão.

Não há risco regulatório identificado pela administração, uma vez que a Companhia atingiu a marca de 100 mil clientes ligados e já apta a atender sete mesorregiões em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas

23. Informações por Segmentos Operacionais

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

24. Transações não envolvendo caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa e, por isso, não refletida na demonstração de fluxo de caixa:

Encargos financeiros adicionados ao ativo de concessão no montante de R\$21.925, em 30 de junho de 2026. (R\$31.348 em 30 de junho de 2025).

25. Eventos subsequentes

Em 31 de julho de 2026, foi publicada a resolução ARSAE nº 231, contendo os reajustes das tarifas aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2026, que representam a manutenção das tarifas praticadas desde maio de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Mateus Cunha Figueiredo

Contador CRC MG-105612/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, os membros do Comitê de Auditoria manifestam-se favoráveis em encaminhar à aprovação do Conselho de Administração, declarando não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as ITRs referentes ao 2º trimestre do corrente ano, que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2026.

Alexandre Magno de Moura
Membro do Conselho Fiscal
Presidente

Jorge Luiz Schmitt-Prym
Membro do Conselho Fiscal

Maria Salete Garcia Pinheiro
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, os membros do Comitê de Auditoria manifestam-se favoráveis em encaminhar à aprovação do Conselho de Administração, declarando não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as ITRs referentes ao 2º trimestre do corrente ano, que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2026.

Márcio de Lima Leite
Membro do Comitê de Auditoria

Jair Rezini
Membro do Comitê de Auditoria

Heloisa Belotti Bedicks
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG
CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85
NIRE 3130000581-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DECLARAMOS, na qualidade de Diretores da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85 ("Companhia"), em atenção ao disposto no parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2026.

Gustavo de Marchi e Silva
Diretor Presidente

Ronalde Xavier Moreira Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas
Diretor Técnico Comercial

Marise Grinstein
Diretora Administrativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG
CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85
NIRE 3130000581-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

DECLARAMOS, na qualidade de Diretores da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - Gasmig, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Lourdes, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85 ("Companhia"), em atenção ao disposto no parágrafo 1º, inciso V, do artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho 2026.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2026.

Gustavo de Marchi e Silva
Diretor Presidente

Ronalde Xavier Moreira Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas
Diretor Técnico Comercial

Marise Grinstein
Diretora Administrativa